

Loyola aceita adiar privatização do Banespa

*Presidente do Banco Central
admite suspender intervenção no
banco estadual se o Estado
vender logo bens para abater dívida*

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA — O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, admite suspender a intervenção federal no Banespa, deixando a privatização para um segundo tempo, desde que o governador Mário Covas venda já ativos do Estado para abater a dívida com o banco. Loyola jantou na noite de quarta-feira com nove senadores da bancada do PSDB. Mostrou-se "flexível e prudente" ao tratar do Banespa e não impôs a privatização imediata do banco como condição para resolver a questão, segundo os políticos. "Ele teve abertura para ouvir e foi competente na argumentação", resumiu o senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) perguntou a Loyola qual seria a saída ideal para o Banespa. O presidente do BC destacou que o melhor é mesmo sanear as finanças do banco e privatizá-lo depois, sem urgência. "Podemos encontrar uma solução aceitável para ambas as partes, desde que passe pela venda de ativos do Estado", disse Loyola.

O líder da bancada, senador Sérgio Machado (CE), lembrou da dificuldade do governador Tasso Jereissati para privatizar o Banco do Estado do Ceará. "O BEC tem problemas muito menores que os do Banespa, foi colocado à venda e ninguém se interessou", destacou o líder. "Embora o passivo do Banespa seja muito alto, os ativos do controlador, que é o Estado de São Paulo, também são muito grandes", rebateu Loyola.

A lista de convidados do jantar oferecido pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) incluiu também três di-

retores do BC, Gustavo Franco (assuntos internacionais), Francisco Lopes (política econômica) e Alkimar Moura (política monetária). Além do Banespa, a conversa incluiu a política de juros, a taxa de câmbio e as dívidas dos Estados.

Loyola fez questão de salientar que o BC não é responsável pelas dificuldades financeiras dos Estados. "Mesmo que a União anistiasse os Estados de suas dívidas, em um ano todos estariam em dificuldades novamente, porque o problema são os gastos com a folha de pagamento", explicou. O governo não vai renegociar as dívidas dos Estados, já renegociadas em 1993, mas aceita avaliar cada caso. Loyola propôs aos senadores que mantenham um canal aberto de debate com o governo, até porque a rolagem das dívidas depende de aval do Senado.

**DÉBITOS JÁ
FORAM
DISCUTIDOS
EM 1993**



Loyola: "Mesmo que a União anistiasse os Estados, em um ano estariam em dificuldades novamente"

Dida Sampaio/AE—8/6/95